

## **Parlamento revoga contrato da Liscont**

**Parlamento** revogou o decreto-lei que permitiu o prolongamento da concessão, sem concurso, do **terminal de contentores de Alcântara à Liscont**.

A proposta do **PSD** teve o apoio do **BE** e do **PCP**. O **PS** votou contra e o **CDS** absteve-se.

Paulo Paixão (www.expresso.pt)  
hoje às 15:30

## **Oposição aprova revogação do contrato do terminal de Alcântara**

Votação na especialidade

Público on line de 25.05.2010 - 15:44 Por Sofia Rodrigues

Foi aprovada, na especialidade, a revogação do decreto-lei que sustenta o aditamento ao contrato de concessão do terminal dos contentores de Alcântara. Os votos favoráveis do PSD, PCP, BE e a abstenção do CDS permitiram que o projecto de lei do PSD, que propunha a revogação, fosse aprovado hoje na comissão parlamentar das Obras Públicas. O PS ficou isolado no voto contra.

O projecto de lei ainda terá que ser votado em plenário em votação final global. Se se confirmar o mesmo sentido da votação, o prolongamento da concessão à Liscont (grupo Mota-Engil) por mais 27 anos sem concurso público fica sem base legal. No entanto, o contrato de concessão continua entre a Administração do Porto de Lisboa e a Liscont irá continuar em vigor, uma vez que só terminava em 2014.

## **Revogação do contrato com a Liscont aprovado**

DN publicado a 2010-05-25 às 16:53

A Comissão Parlamentar de Obras Públicas aprovou hoje o projecto de lei do PSD que visa a revogação do contrato com a Liscont para o Terminal de Contentores de Alcântara.

O projecto, que não foi discutido, teve os votos favoráveis do PSD, PCP e BE, a abstenção do CDS-PP e o voto contra do grupo do PS.

A proposta do PSD defende a revogação do decreto-lei n.º 188/2008, que definiu alterações nas bases do contrato de concessão do direito de exploração do terminal portuário de Alcântara.

"Em síntese", defende o texto dos sociais democratas, o contrato "não serve o interesse público", portanto deve ser revogado, "com eficácia retroactiva".

O projecto de lei regressa agora ao plenário da Assembleia da República para votação final global.

O PSD defende a revogação da prorrogação do contrato de concessão do terminal de contentores até 2042, atribuída à Liscont por ajuste directo, sem concurso público.

Este contracto suscitou fortes críticas da oposição e motivou a criação de um movimento contestatário de cidadãos.

Em meados de Abril o Ministério Público interpôs uma acção junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa onde requer a anulação e a nulidade do aditamento ao contrato de concessão celebrado em outubro de 2008.

Lusa